



**MUNICÍPIO DE MENDES**  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
*Secretaria Municipal de Saúde*

Mendes, 24 de abril de 2019

**RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO REFERENTE AO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 022/2018 – OBJETO: CERTAME LICITATÓRIO PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS JUDICIAIS**

Tendo em vista os questionamentos apresentados pela sociedade empresária TS Farma Distribuidora Eireli - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 21.189.554/0001-59, acerca do conteúdo apresentado no Edital do Pregão Presencial nº 017/2019 a Secretaria Municipal de Saúde vem por meio deste esclarecer:

1. **Questionamento:** *“Com relação à solicitação de Boas Práticas constante no item 12.10.1-b do edital mencionado, conforme Portaria nº 2.894, de 12 de setembro de 2018, a legislação que previa a solicitação de Boas Práticas nos processos licitatórios de compras públicas (Portaria nº 2.814/GM) foi revogado.”.*

**2. Considerações**

O pedido de esclarecimento merece ser conhecido na forma da lei, eis que tempestivo e a parte possui legitimidade para tanto.

Passamos à análise e considerações.

O item **12.10.1-b)** do edital prevê, para fins de **aceitabilidade das propostas** a apresentação do certificado de BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO e CONTROLE POR LINHA DE PRODUÇÃO/PRODUTOS (BPFeC) DOS ITENS LICITADOS EMITIDO PELA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – MINISTÉRIO DA SAÚDE, na conformidade das Resoluções ANVISA RDA nº 59/2000 e RDA nº 95/2000.

A exigência da documentação fundava-se na Cartilha “Aquisição de Medicamentos para Assistência Farmacêutica no SUS” do Ministério da Saúde, bem como no artigo 5º, inciso III da Portaria Ministerial nº 2.814/GM/MS/1998, vigentes à época do início dos atos preparatórios do procedimento em tela.

Diante da revogação da norma por meio da Portaria Ministerial nº 2.894, de 12 de setembro de 2018, apresentada pela Requerente, a Secretaria Municipal de Saúde de Mendes se posiciona a favor da revogação do item supracitado.



**MUNICÍPIO DE MENDES**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
*Secretaria Municipal de Saúde*

Tendo em vista que a solicitação da apresentação do documento requerido no item nº **12.10.1-b** do edital não causa alterações no objeto solicitado, pois servia apenas para fins de aceitação, pela Administração, dos produtos adquiridos (obrigação contratual da empresa fornecedora), e não como requisito de habilitação nos procedimentos licitatórios, não afetando assim, a formulação das propostas, entendemos que neste ponto, o edital não precisa ser alterado, conforme art. 21, § 4º da Lei Geral de Licitações.

Atenciosamente,

**Luiz Otávio Francisquine**  
**Assessor Administrativo Nº 3251**  
**Luiz Otávio Teixeira Francisquine**  
**Pregoeiro**  
**Comissão Permanente de Licitações**  
**Secretaria Municipal de Saúde**